

PREFÁCIO

Num espaço europeu onde a diversidade é inquestionável e as potencialidades se multiplicam proporcionando um mosaico territorial muito apelativo e inspirador, aprofundam-se as desigualdades e agravam-se os problemas, persistindo uma crise generalizada, transversal a todos os setores da sociedade. Há, porém, que inverter este cenário, implementando medidas estruturantes, mas sustentáveis e inclusivas, que dinamizem o território europeu, obedecendo às novas diretrizes emanadas da Comissão Europeia. Só desta forma se conseguirá superar a crise instalada, preparando o espaço europeu para outro reposicionamento no quadro mundial. Efetivamente, através da “Estratégia Europa 2020”, aposta-se num desenvolvimento generalizado, mas inteligente, onde o conhecimento, a inovação, a educação e a sociedade digital estejam presentes. A vertente social é ainda realçada e complementada pela aposta na inclusão, minimizando o desemprego e a pobreza. Acresce que estas dinâmicas deverão ser também tendencialmente sustentáveis, utilizando-se de forma cada vez mais eficiente os recursos endógenos, enquanto se reforça a competitividade. Assim se prospecta uma economia europeia mais social, num cenário onde exista uma efetiva coesão territorial.

Persiste, porém, um quadro muito problemático, razão pela qual é imperativo na Europa a concretização de estudos científicos que catalisem a comunidade científica, mas também a sociedade civil com capacidade interventiva na gestão e no planeamento do território, para que tal cenário seja alterado. É neste âmbito que surge o segundo volume de “*Grandes Problemáticas do Espaço Europeu*”, no qual se continua a privilegiar o espaço europeu, mas onde já é evidente a abertura ao quadro mundial. Há, efetivamente, que repensar políticas territoriais onde um desenvolvimento sustentável e inclusivo esteja presente, numa perspetiva multidisciplinar e interuniversitária, que não ignore a diversidade de espaços e as respetivas dinâmicas.

Nestas circunstâncias, na presente publicação abordam-se diversas problemáticas que se dividiram em três partes. Na primeira, realçam-se questões económicas, mas também de sustentabilidade, tendo sempre em vista um efetivo ordenamento do território. Privilegia-se a apresentação de situações diversas portuguesas, romenas, galegas e croatas. São os espaços rurais, porém, que agregam os cenários mais preocupantes, razão pela qual não será de estranhar que o capítulo I se inicie com um exemplo rural onde o declínio demográfico é manifesto, mas que, na sequência de uma estratégia autárquica, se está a revitalizar. Sobressaem como linhas dinamizadoras, neste caso, o ecoturismo, a recuperação das tradições e da cultura. Assim se tenta implementar um desenvolvimento sustentável, multifuncional, reinventando atividades e tradições que se conjugam com a inovação.

Um outro espaço muito problemático é o romeno, pois evidencia uma economia e um quadro social com dificuldades de adaptação a um mercado cada vez mais globalizado. Não obstante, despontam estratégias revitalizadoras, sobretudo após a identificação das prioridades políticas que têm em vista a superação da crise. Uma das apostas incidiu nos investimentos transnacionais, aqui exemplificados através de uma empresa multinacional (EMN). Tirando partido das deficiências do mercado nacional romeno, dos fatores de produção e do acesso a ativos financeiros sempre em condições muito mais favoráveis do que as obtidas pelas empresas romenas, esta transnacional impôs-se, corresponsabilizando-se pela institucionalização de um quadro local muito complexo.

Perante este cenário, compreende-se o impacto da “economia subterrânea” na Roménia, abrangendo atividades muito diversas e de difícil contabilização. De estrutura familiar, têm grande ascendência na economia local, se bem que variando de acordo com o grau de desenvolvimento e a maior ou menor permissividade do poder político. Apesar da multiplicidade de atividades e de fatores que interferem na economia subterrânea, ela é “invisível” política e financeiramente, o que dificulta a sua monitorização. Mau grado estas dificuldades, estimava-se que o seu valor ultrapassasse 37% do PIB romeno em 2011 (NIS).

Ainda assim, a Roménia apresenta múltiplas potencialidades, que fundamentam a previsão de um desenvolvimento sustentável, envolvendo setores de atividade como o turismo, revitalizando os recursos naturais e paisagísticos, ou os arquitetónicos e os culturais. A estes acrescem o quadro agro-florestal e o industrial, se bem que necessitem de incentivos. Só desta forma se ultrapassarão as debilidades existentes, (re)ordenando o território e desenvolvendo-o de uma forma sustentável.

Mas, dada a diversidade territorial existente na Europa, multiplicam-se as estratégias conducentes ao desenvolvimento dos seus espaços, como fica patente nos espaços naturais protegidos galegos. Política ambiental já com história, teve em atenção não só as especificidades do quadro socioeconómico local, mas também a evolução política e a vertente cultural. No entanto, o objetivo central foi sempre a conservação da natureza numa perspetiva polifuncional.

Por outro lado, apesar de envoltos em múltiplas problemáticas, os espaços agrícolas vão-se modernizando, apostando-se numa continuidade que articula inovação com tradição, num quadro onde a sustentabilidade esteja assegurada. Para tal, há que abordar o impacto da Política Agrícola Comum, realçando os novos paradigmas estipulados para o período 2014-2020, para além do reflexo de acordos concretizados entre a União Europeia e países terceiros. Assim se destacam os mecanismos legais, nomeadamente os relacionados com a propriedade intelectual, as designações de origem e o quadro associado ao consumo. Há, efetivamente, que conciliar o desenvolvimento do setor agrícola com o quadro legal existente.

O empreendedorismo e a inovação, por seu turno, devem também estar presentes num quadro sustentável e, felizmente, os exemplos de sucesso multiplicam-se. É neste cenário que se faz referência à pecuária biológica, como sucede com a raça suína bísara. Raça autóctone que a intensificação da produção pecuária quase levou à extinção, atualmente está a ser recuperada, contribuindo para a revitalização da economia local, mas também regional e nacional, dada a crescente apetência da população pelos produtos biológicos.

Quando incidimos na faixa litoral, aí habitualmente densifica-se a população e as atividades económicas, mas num quadro onde a diversidade persiste, incluindo resquícios de espaços rurais. Um desses exemplos localiza-se no litoral croata, onde a escassez de recursos hídricos se associa a um solo calcário (paisagem cársica da Dalmácia). Por tradição, aqui se privilegiou o pastoreio intensivo que, conjugado com as alterações climáticas e as mudanças tecnológicas e de perfil cultural dos residentes, alterou por completo estas paisagens. Em casos extremos, observou-se uma desflorestação e até o abandono. Todavia, a partir da segunda metade do século XX, o abandono destes solos possibilitou a sua reflorestação natural, revitalizando-se estas paisagens, se bem que numa outra perspetiva onde a inovação técnica e cultural, conjugada com a tradição, estão patentes.

Mas o desenvolvimento local e regional assenta cada vez mais no turismo e na inovação, razão pela qual a segunda parte deste livro lhe é dedicada. Embora o turismo seja mais incisivo nos núcleos urbanos, se no espaço comunitário até à década de noventa do século XX se privilegiou a vertente económica que lhe está associada, progressivamente (re)descobre-se a social e a ambiental e, cada vez mais, a cultural. Assim surgiram as Capitais Europeias da Cultura, aqui exemplificadas por Guimarães 2012. Os reflexos da implementação destes megaeventos são multiplicadores, abrangendo não só o núcleo urbano em causa, mas também o município e a região. Obviamente existem impactes negativos, mas no caso de Guimarães o envolvimento dos residentes e das associações locais na organização proporcionou um balanço positivo, como se pode constatar através das notícias divulgadas pela imprensa local, regional e nacional.

Diretamente relacionado com o turismo, surge a residência secundária. Se em Portugal, até 1960, se restringia às áreas rurais, numa fase posterior, que se prolongou até à década de oitenta, o seu crescimento foi notório, sobretudo nos espaços balneares. Posteriormente, a sua expansão foi inegável, associada ao turismo ou ao lazer, incidindo quer nos meios rurais, quer nos balneares e assumindo múltiplas tipologias. Aqui está um indicador que possibilita a deteção de alterações paisagísticas, mas também confirmar a melhoria do perfil cultural e económico dos europeus.

Quando se incide na importância do turismo e nos seus impactes como despoletador/revitalizador de um território rural, há que destacar a Região Demarcada do Douro (NE de Portugal). Com um quadro paisagístico vitícola excecional, distinguido pela UNESCO

como “Património da Humanidade”, progressivamente apostou-se na multifuncionalidade das explorações agrícolas, conjugando a produção dos vinhos com a sua comercialização e o turismo. Assim se sucederam as unidades de turismo em espaço rural e de enoturismo, bem como as unidades hoteleiras de elevada qualidade, dispersas pela paisagem. Os reflexos foram evidentes, atraindo à região população jovem e com formação técnica, mas também uma forte afluência de turistas. Estes resultados só foram possíveis porque se conjugou um cenário apelativo, decorrente da patrimonialização deste espaço, com uma ampla divulgação da paisagem e do Vinho do Porto.

Se, porém, nos posicionamos no extremo SE da Europa, na Bulgária, embora o quadro natural, social e cultural sejam distintos dos anteriores, incluindo o historial político, também aqui o turismo surge como uma estratégia de desenvolvimento local e regional. País detentor de um património arquitetónico, histórico e cultural de excelência, para além do paisagístico e ambiental, a Bulgária corresponde a um dos países que induziram a que se “estendesse o mapa turístico da Europa para leste”. O seu NE, por exemplo, embora periférico, possui um património soberbo, que abrange diversos períodos da sua história, sendo atualmente potenciado em termos turísticos. Assim se sucedem os locais de interesse histórico e cultural, vitais para as futuras relações entre cultura / turismo / região / desenvolvimento.

Neste cenário em que se destaca o património histórico-cultural, mas também o paisagístico e o económico, há que realçar o “Vale das Rosas”, um dos “*ex-libris*” da Bulgária. Flor emblemática para os búlgaros, a rosa possibilitou a transformação deste vale num cenário cultural e histórico a que se anexa um vasto conjunto de atividades económicas relacionadas com esta flor. Apesar de a sua mediatização recuar às primeiras exposições mundiais concretizadas nos EUA, o desenvolvimento tecnológico e produtivo no processo de transformação das rosas é notório, induzindo a um intenso dinamismo local. Conjugando estas mutações com a componente turística e o orgulho nacional, desenvolveu-se, de facto, uma região e, com ela, a Bulgária.

Mas é nos espaços urbanos que mais incidem as apostas turísticas estratégicas, como se pode constatar na Galiza (NW de Espanha), com Santiago de Compostela. Cidade histórica, Património da Humanidade desde 1985, cujo desenvolvimento assentou no turismo cultural e religioso, não obstante, também aqui os constrangimentos se sucederam sob o efeito de uma rápida expansão urbana, visível sobretudo desde a segunda metade do século XX. Um deles incide na mobilidade no núcleo antigo. Apesar dos responsáveis limitarem o tráfego rodoviário favorecendo o pedestrianismo, a expansão turística colocou, na verdade, desafios quanto à circulação no núcleo antigo desta cidade, obrigando a uma política de mobilidade proativa e dinâmica. Felizmente são já notórios os seus reflexos.

Se apostarmos numa “paisagem cultural”, as estratégias a adotar para o seu desenvolvimento turístico também são fundamentais. Na realidade, embora o interesse de uma paisagem seja marcado por grande subjetividade, a sua localização geográfica e o substrato físico, os elementos funcionais e as suas “mensagens culturais e simbólicas” não podem ser ignorados. Neste contexto, tais paisagens multiplicam-se, bem como a sua exploração. Na atualidade, aliás, também se podem “criar” paisagens, representações que se projetam no espaço, territorializando-se em cenários de entretenimento e lazer. É o caso dos parques temáticos, também aqui abordados. O turismo, nas suas diversas facetas, é inegavelmente uma das componentes de um desenvolvimento global.

Por outro lado, na sociedade atual a cultura e as interculturalidades constituem, cada vez mais, aspetos incontornáveis, quando se perspetiva um desenvolvimento da vertente social. É esta a temática da terceira parte da presente publicação.

Uma das problemáticas incide na evolução demográfica, suas tendências e seus reflexos, como ficou patente através do caso exemplificativo da Galiza. Analisando o quadro demográfico em todo o século XX e início do seguinte, confirma-se uma evolução muito assimétrica, marcada pela emigração e pelo processo de urbanização vivido desde 1960. O território galego apresenta, efetivamente, uma clara distinção entre uma área ocidental, costeira, onde a progressiva concentração urbana diferenciou positivamente este espaço, enquanto no resto do território sobressai um nítido despovoamento, sobretudo nos espaços mais periféricos. Quando se coloca como horizonte temporal 2030, de acordo com as projeções apresentadas, vincar-se-ão as assimetrias territoriais. Imagem que se repete com muita frequência no território europeu, será que a aplicação das novas estratégias associadas ao “Horizonte 2020” inverterão esta tendência?

Quando se limita a análise às características do quadro social e ao perfil sócio-cultural dos europeus, embora persistam as históricas diferenciações que fazem sobressair o centro e o norte da Europa, face à elevada taxa de desemprego e às fortes desigualdades que a crise atual evidenciou, os riscos de exclusão social avolumam-se, razão pela qual o Estado e a sociedade devem apostar em novas formas de intervenção social. Assim se destacam as potencialidades da economia solidária/social, promovendo o emprego e o empreendedorismo, o reforço da coesão social e da cidadania, para além da luta contra a exclusão social. Para tal, há que conjugar a inovação com o empreendedorismo, mas num quadro onde a responsabilidade social constitua uma política de combate ao desemprego, à pobreza, à exclusão social. Com esta economia solidária criam-se empregos, favorecendo o desenvolvimento local, plasmado em iniciativas como os serviços de proximidade, o microcrédito e o voluntariado. Assim se aposta num novo paradigma solidário de intervenção social e territorial.

Por seu turno, na sequência da crescente importância das mobilidades, nomeadamente no espaço europeu, se por um lado se dilataram os contactos interculturais e a coabitação com a

diversidade cultural, por outro multiplicaram-se os conflitos, sobressaindo a discriminação e o racismo. Perante uma inegável pluralidade cultural decorrente da existência de amplos fluxos migratórios, coabitam efetivamente distintas culturas, diferentes identidades, mas também numerosos estereótipos, preconceitos e discriminações. Para os mitigar há que promover uma convivência pacífica e a aquisição de competências interculturais.

Quando se incide na importância da literacia e da formação técnica como um dos meios para a inclusão social, exige-se uma análise do seu impacte atual, mas também recuar no tempo e verificar como esta vertente sempre foi significativa, se bem que muito diferenciada, sobretudo em termos sociais. Um excelente exemplo surge quando se aborda a importância que os livros tiveram na construção do espaço europeu moderno, dividindo-se entre duas posturas bem distintas, a católica e a protestante. Este aspeto foi analisado através da constituição temática das bibliotecas e das diferentes formas de ler, sobressaindo distintos caminhos e, conseqüentemente, reflexos desiguais nesta construção europeia.

Reposicionando-nos, porém, na atualidade e no ensino em geografia, há que questionar a sua importância na dinamização dos espaços rurais, quer sob o efeito da aposta no turismo, quer nas unidades industriais. Através da formação de professores de geografia e história na FLUP, desenvolvem-se competências várias que, recorrendo a um caso exemplificativo, demonstram como professores em formação aplicam um ensino motivador que realça o desenvolvimento dos espaços rurais portugueses.

A formação constitui, pois, uma componente fulcral na sociedade atual. Tal confirma-se quando se reaprecia o problema de exclusão social da etnia cigana, grupo social com forte representatividade nos países do antigo bloco socialista. Após o colapso deste bloco político, criaram-se condições para a institucionalização de extremismos, incluindo a violência contra os ciganos. Num cenário onde o declínio industrial era inegável e a falta de literacia e de formação, reunidos a uma elevada taxa de desemprego, eram a tônica entre este grupo social, os ciganos passaram a depender dos apoios sociais que, no entanto, estavam a sofrer amplas restrições. Nestas circunstâncias, havia que aferir o seu grau de inclusão na sociedade croata, ou, pelo contrário, o nível de xenofobia. Para tal, aplicou-se a “Escala de Bogardus” em Medimurje, onde os ciganos apresentam uma grande representatividade. Concluiu-se que em espaços onde o distanciamento físico entre a etnia cigana e a população residente é reduzido e os contactos inter-étnicos são frequentes, o distanciamento social aumenta.

Mas este problema de falta de inclusão não é único na Europa, sucedendo-se os exemplos, bem como os conflitos. Um dos que teve um forte impacte incidiu no Kosovo. Território que sofreu os efeitos de uma história plena de vicissitudes, declarou-se unilateralmente como país independente da Sérvia em 2008, provocando diversas reações à escala internacional. Foi reconhecido como país independente por 90 países, 22 dos quais estados-membros da União

Europeia. Possuindo uma economia muito débil e uma população islâmica de cerca de 2 milhões de habitantes, maioritariamente de etnia albanesa, o Kosovo retrata um dos conflitos que persiste latente no espaço europeu e que requer atenção e uma resolução consensual, que terá de conjugar a vertente social com a ambiental e a económica, para além da política.

Em suma, num espaço europeu onde as pluralidades territoriais e culturais são inquestionáveis, surge esta publicação em que se privilegia uma abordagem multidisciplinar e interuniversitária, colaborando especialistas búlgaros, romenos, croatas, espanhóis e portugueses. Apostou-se em territórios bem diferenciados, tendo por base estudos comparativos que exemplificam não só as problemáticas, mas, sobretudo, as estratégias de desenvolvimento a implementar. Efetivamente, apesar dos obstáculos a vencer e dos distintos históricos e quadros políticos reinantes, despontam inovações e implementam-se novas estratégias de desenvolvimento, independentemente do país em que se incida. Assim se potenciam os recursos endógenos e o património distintivo, repensando as políticas territoriais, numa perspetiva em que se conjugam as sinergias tendentes à preservação do ambiente, ao ordenamento do território, à coesão social e à recuperação económica.

Helena Pina

